



acrescido de 33%(trinta e três por cento) de adicional de tempo de serviço de acordo com o Art. 67 da Lei nº 8.112/90, com a Dif. do Prov. Art. 192 inc. II da Lei nº 8.112/90, com a Grat. Des. Tec. Adm. L10404/GDATA, com a MS nº 2000.82.00.001960-2 3ªVF/CE Comp. Sal. e 160%(cento e sessenta por cento) da GAE, conforme abaixo discriminado:

Beneficiária	Quota parte	Fund. Legal Lei nº 8.112/90
Antonia Lima do Nascimento	1 / 1	Art. 217-I Alínea "a"

Nº 334 - Conceder pensão a beneficiária do instituidor UNEIR LIRA, SIAPE 0728397, falecido em 25.04.2002, aposentado com proventos integrais, no cargo de Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, calculados com base na Classe A, Padrão I, acrescido de 36%(trinta e seis por cento) de adicional de tempo de serviço de acordo com o Art. 67 da Lei nº 8.112/90, com a Vant. do Art. 184 inc. II da Lei nº 1.711/52, com a Grat. Des. Tec. Adm. L10404/GDATA, com a Ação Ordinária Proc. nº 90.0003064-1, Sentença nº 598/91 Comp. Sal. e 160%(cento e sessenta por cento) da GAE, conforme abaixo discriminado:

Beneficiária	Quota parte	Fund. Legal Lei nº 8.112/90
Alzira de Andrade Lira	1 / 1	Art. 217-I Alínea "a"

Nº 335 - Conceder pensão a beneficiária do instituidor BENEDITO MANOEL DOS SANTOS, SIAPE 0735369, falecido em 20.02.2002, aposentado com proventos proporcionais a razão de 16/35 avos, no cargo de Artífice de Mecânica, calculados com base na Classe D, Padrão II, acrescido de 15%(quinze por cento) de adicional de tempo de serviço de acordo com o Art. 67 da Lei nº 8.112/90, com a Grat. Des. Tec. Adm. L10404/GDATA e 160%(cento e sessenta por cento) da GAE, conforme abaixo discriminado:

Beneficiária	Quota parte	Fund. Legal Lei nº 8.112/90
Josefa de Fátima Melo dos Santos	1 / 1	Art. 217-I Alínea "a"

Nº 336 - Conceder pensão a beneficiária do instituidor SEBASTIÃO GABRIEL DOS SANTOS, SIAPE 0735361, falecido em 22.03.2002, aposentado com proventos proporcionais a razão de 20/35 avos, no cargo de Auxiliar Operacional de Agropecuária, calculados com base na Classe D, Padrão IV, acrescido de 19%(dezenove por cento) de adicional de tempo de serviço de acordo com o Art. 67 da Lei nº 8.112/90, com a Vant. Pes. do Art. 13 da Lei nº 8.216/91, com a Grat. Des. Tec. Adm. L10404/GDATA e 160%(cento e sessenta por cento) da GAE, conforme abaixo discriminado:

Beneficiária	Quota parte	Fund. Legal Lei nº 8.112/90
Maria das Dores dos Santos	1 / 1	Art. 217-I Alínea "a"

HERALDO JOSÉ TEIXEIRA  
(Of. El. nº 124CRH/AP-M)

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 20 DE JUNHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os arts. 13 e 20, da Lei nº 7.347, de 24 julho de 1985, art. 3º do Decreto nº 1.306, de 09 de novembro de 1994, e o art. 2º da Lei nº 9008, de 21 de março de 1995, resolve:

Nº 684 - Art. 1º Designar, para compor o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD, o representante do Ministério do Meio Ambiente - LUIZ CAMARGO DE MIRANDA, na qualidade de titular em substituição à ANTÔNIO SÉRGIO LIMA BRAGA e ALLAN KARDEC MILHOMENS, na qualidade de suplente em substituição à LUIZ CAMARGO DE MIRANDA.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
(Of. El. nº 231/2002-GM)

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, resolve prorrogar, pelo prazo de um ano, a cessão da seguinte servidora pertencente ao Quadro Permanente deste Ministério, na forma abaixo indicada:

Nº 685 -  
Nome: JUSSARA DE AZEVEDO REGIS  
Cargo: Agente de Portaria, classe C, padrão VI  
Matrícula SIAPE: 0161109  
Para: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Cargo a ser ocupado: Não especificado

Amparo Legal: art. 93 da Lei nº 8.112/90; inciso V do art. 8º do Decreto nº 4.050/2001 e inciso III do art. 8º da Lei Complementar nº 75/93  
Responsabilidade do ônus: Órgão Cedente  
Processo: 08001.008124/2001-24

Nº 686 -  
Nome: MARIA DANIELLA DE VASCONCELLOS PRAXEDES SILVA  
Cargo: Assistente Técnico Administrativo, classe A, padrão II  
Matrícula SIAPE: 0436875  
Para: Ministério da Integração Nacional  
Cargo a ser ocupado: Assessor do Ministro, código DAS-102.4  
Amparo Legal: art. 93 da Lei nº 8.112/90, inciso II do art. 29-B da MP nº 2.216-37/2001 e art. 2º, inciso I do art. 3º, do Decreto nº 4.050/2001.  
Responsabilidade do ônus: Órgão Cedente  
Processo: 08007.000486/2002-06

Nº 687 -  
Nome: MARA MARINO PEREZ PONTES  
Cargo: Administrador, classe A, padrão III  
Matrícula SIAPE: 0160684  
Para: Ministério da Integração Nacional  
Cargo a ser ocupado: Diretor de Acordos e Convênios de Infra-Estrutura Hídrica, código DAS-101.5  
Amparo Legal: art. 93 da Lei nº 8.112/90, inciso II do art. 29-B da MP nº 2.216-37/2001 e art. 2º, inciso I do art. 3º, do Decreto nº 4.050/2001.  
Responsabilidade do ônus: Órgão Cedente  
Processo: 08007.000487/2002-42

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 4.243, de 22 de maio de 2002, resolve:

Nº 688 - Exonerar JOSÉ RAIMUNDO MARQUES LEITE, Escrivão Policial Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, do cargo de Coordenador, código DAS-101.3, da Coordenação-Geral de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras do mencionado Departamento.

Nº 689 - Exonerar ROSA MARIA JOANA PITALUGA ZOLTAY ALVES do cargo de Coordenador, código DAS-101.3, da Coordenação-Geral do Subsistema de Inteligência do Departamento de Articulação das Ações Policiais Integradas da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Nº 690 - Exonerar ANTONIO DE FREITAS CARNEIRO FILHO, Papiloscopista Policial Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, do cargo de Coordenador, código DAS-101.3, da Coordenação-Geral de Polícia Criminal Internacional do mencionado Departamento, a partir de 27 de maio de 2002, em virtude de nomeação para outro cargo.

Nº 691 - Nomear JAIRO CRUZ PINTO, Delegado de Policial Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, para exercer o cargo de Coordenador, código DAS-101.3, da Coordenação-Geral de Polícia Criminal Internacional do mencionado Departamento.

Nº 692 - Nomear CYNTHIA LOSSO PRUDENTE para exercer o cargo de Gerente, código DAS-101.4, da Gerência de Promoção dos Direitos Humanos do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, ficando exonerada do cargo que atualmente ocupa.

Nº 693 - Nomear LEILA LEONARDOS para exercer o cargo de Gerente de Projeto, código DAS-101.4, do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

MIGUEL REALE JÚNIOR  
(Of. El. nº 232/2002-GM)

DESPACHOS DO MINISTRO  
Em 20 de junho de 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País à Delegada de Polícia Federal TELMA CAVALCANTE LINO, Diretora do Instituto Nacional de Identificação e ao Papiloscopista Policial Federal CLEMIL JOSÉ DE ARAÚJO, do Departamento de Polícia Federal - DPF, para acompanhar visita técnica da Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, visando conhecer o Sistema AFIS “Automated Fingerprint Identification System”, na cidade de Sacramento/Califórnia, Estados Unidos da América, no período de 22 a 29 de junho de 2002, incluindo o trânsito, com ônus e ônus limitado, respectivamente. (Processo nº 08200.010740/2002-80).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao Agente de Polícia Federal GILMO SOARES DE FRANÇA, do Departamento de Polícia Federal - DPF, para proceder a instalação do Sistema de Mensagem Eletrônica Segura nas Adidâncias da Polícia

Federal, nas cidades de Buenos Aires, Argentina, Bogotá, Colômbia e Assunção, Paraguai, no período de 26 de junho a 6 de julho de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08200.008486/2002-50).

MIGUEL REALE JÚNIOR  
(Of. El. nº 124sbp)

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÕES DE 18 DE JUNHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, e dando cumprimento a decisão unânime do colegiado, resolve:

Nº 10 - Art. 1º Fica constituída Subcomissão no Estado do Espírito Santo, relacionada à Comissão Especial constituída pela Resolução nº 08/2002 - CDDPH, para colaborar nas investigações do assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai, ocorrido no município de Vila Velha, e para conhecer, apurar denúncias e sugerir medidas de coibição à criminalidade no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A Subcomissão, considerando as prévias indicações das respectivas instituições federais e estaduais representadas, será composta pelos senhores:

-HENRIQUE GEAQUINTO HERKENROFF, Procurador da República;

-FÁBIO VELLO CORREA, Promotor de Justiça;  
-MARIA DO SOCORRO SANTOS NUNES TINOCO, Delegada de Polícia Federal;

-RITA DE CASSIA FAVORETO, Delegada de Polícia Federal;

-ROBERTO SILVEIRA, Perito Criminal Federal;  
-CARLOS ALVES PEREIRA, Agente de Polícia Federal;  
-SÉRGIO ALMEIDA DE MELO, Delegado de Polícia Civil;  
-ORLANDO DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia Civil;  
-MARCOS AURÉLIO CAPITA DA SILVA, Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

Art. 3º A Subcomissão exercerá as suas atividades pelo prazo de noventa dias, prorrogável pelo tempo que for considerado útil ao exercício de suas atribuições, devendo apresentar à Comissão Especial constituída pela Resolução nº 08/2002 - CDDPH informes parciais e relatório final dessas atividades.

Art. 4º A Coordenação Geral do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Departamento de Polícia Federal prestarão à Subcomissão o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

Nº 11 - Art. 1º Ficam designados os senhores Luís Roberto Barroso, Flávia Cristina Piovesan e Belisário dos Santos Junior para elaborar relatório sobre a representação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil objetivando a intervenção federal no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º O relatório devera ser submetido à apreciação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana dentro de trinta dias, e os relatores poderão solicitar subsídios à Comissão Especial constituída pela Resolução nº 08/ 2002- CDDPH e á Subcomissão constituída pela Resolução nº 10/ 2002 - CDDPH.

MIGUEL REALE JUNIOR  
(Of. El. nº 230/2002-GM)

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIAS DE 20 DE JUNHO DE 2002

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo inciso XIV, do art. 1º, da Portaria Ministerial nº 86, de 28 de janeiro de 2002, resolve:

Nº 246 - Exonerar MARIÂNGELA PEDRONI do cargo de Assistente, código DAS-102.2, do Coordenador-Geral do Subsistema de Inteligência do Departamento de Articulação das Ações Policiais Integradas da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Nº 247 - Exonerar RENATA AMORAS DE CASTRO MENEZES do cargo de Assistente, código DAS-102.2, do Coordenador-Geral de Articulação de Operações Especiais do Departamento de Articulação das Ações Policiais Integradas da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 248 - Dispensar ADRIANA RAMOS DE ALBUQUERQUE BARROS, Agente de Polícia Federal do Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, do encargo de substituta do Chefe de Serviço e de Busca e Análise de Dados e Inteligência, código DAS-101.1, da Coordenação de Inteligência do mencionado Departamento.

IVETE LUND VIÉGAS  
(Of. El. nº 69/SE)